



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Ata da 70ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas do

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Data: 12 de abril de 2011, às 13h30min.

Local: Auditório da AMAMS - Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene

Av. Major Alexandre Rodrigues, nº. 416, Ibituruna - Montes Claros – MG.

1. Aos 12 de abril de 2011, às 13h30min, reuniu-se a URC - Unidade Regional Colegiada do
2. Norte de Minas, no Auditório da AMAMS - Associação dos Municípios da Área Mineira da
3. SUDENE - Av. Major Alexandre Rodrigues, nº. 416, Ibituruna - Montes Claros/MG.
4. Participaram os seguintes membros Conselheiros Titulares e Suplentes: como Presidente: Dr.
5. Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
6. Sustentável e Presidente do COPAM; - Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e
7. Abastecimento – SEAPA: 1º Suplente: Wagner Brant Monteiro; - Secretaria Extraordinária
8. para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas –
9. SEDVAN : Titular: Edson Ferreira do Couto; - Secretaria de Estado de Desenvolvimento
10. Regional e Política Urbana – SEDRU: 1º Suplente: Mônica Maria Ladeia; - Polícia Militar de
11. Minas Gerais – PMMG: Titular: Major Nivaldo Ferreira Neto; - Procuradoria-Geral de Justiça
12. – PGJ: Titular: Ana Eloíza Marcondes de Silveira; - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e
13. Recursos Naturais – IBAMA: Titular: Rafael Macedo Chaves - Prefeituras Municipais situadas
14. na área de abrangência da URC: Suplente: Aramis Mameluque Mota – Secretário Municipal de
15. Meio Ambiente de Montes Claros; Representantes da Federação das Indústrias do Estado de
16. Minas Gerais – FIEMG: 1º Suplente: Ézio Darioli; - - Representantes da Federação da
17. Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG: 2º Suplente: Bernardo de
18. Pimenta Pinheiro; - Representantes da Federação das Associações Comerciais, Industriais,
19. Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS: 2º Suplente:
20. Edílson Torquato – Associação Comercial de Montes Claros; - Representantes da Associação
21. Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES: Titular: José Ponciano Neto; - Representantes de
22. Entidades Cíveis Representativas de Categorias de Profissionais Liberais Ligadas à Proteção do
23. Meio Ambiente: 2º Suplente: Roberto Mauro Amaral – AGRO/NM – Associação dos
24. Engenheiros Agrônomos do Norte de Minas; - Representantes de Conselhos Municipais de
25. Meio Ambiente, por sua representação não-governamental: Titular: Valquíria Dias Moreira –
26. CODEMA – Montes Claros; - Representantes de Organizações Não-Governamentais
27. legalmente constituídas para a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, incluídas
28. no Cadastro Estadual de Entidades Ambientais – CEEA: Titular: Soter Magno do Carmo –
29. OVIVE – Organização Vida Verde. Estiveram também presentes Dr. Danilo Vieira, Sub-
30. Secretário de Regularização Ambiental; Dra Marília, Sub-Secretaria de Controle e
31. Fiscalização, Dr. Luiz Tadeu Leite, Prefeito de Montes Claros, Dra. Maria Helena Batista
32. Murta, Superintendente da SUPRAM Leste, Dra. Laís Fonseca dos Santos, Superintendente da
33. SUPRAM NM, Yuri Rafael, Chefe do Núcleo Jurídico da SUPRAM NM, além de técnicos dos
34. órgãos envolvidos.
35. **Dra. Laís Fonseca dos Santos**, Superintendente da SUPRAM NM, cumprimenta os presentes
36. e solicita que todos tomem seus assentos para que se dê início à 70ª reunião ordinária da
37. URC/NM. Convida para se ouvir o Hino Nacional.
38. **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro.**
39. **Dra. Laís Fonseca dos Santos** diz que a SUPRAM/NORTE hoje tem o prazer de estar
40. recebendo o Secretário de Estado do Meio Ambiente, Dr. Adriano Magalhães Chaves para
41. presidir a nossa 70ª reunião ordinária. Informa que, na parte da manhã, houve a oportunidade
42. para que os colegas do IEF, IGAM e SUPRAM ouvissem a palavra dele sobre o Programa de
43. Gestão da SEMAD. Diz que hoje também ele estará tendo oportunidade de conhecer
44. Conselheiros. Passa a palavra ao Sr. Secretário desejando-lhe que seja bem vindo à URC/NM.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

45. **2. Abertura pelo Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**
46. **e Presidente do COPAM, Dr. Adriano Magalhães Chaves.**

47. **Dr. Adriano Magalhães Chaves** diz que é uma satisfação estar aqui com os Conselheiros.
48. Destaca que, realmente a parte da manhã foi muito produtiva. Teve a oportunidade de primeiro
49. conhecer nossos colegas da regional norte, tanto do IEF, quanto do IGAM, quanto da
50. SUPRAM, os gerentes de unidade de conservação e toda a equipe que ajuda a SEMAD aqui
51. na Regional Norte. Diz que tem tido a oportunidade de presidir algumas URCs. Já esteve em
52. Varginha, Valadares, Diamantina e, agora, aqui é a 4ª URC. Observa que hoje há um formato
53. novo, inovaram numa composição de mesa em meia lua. Espera estar contribuindo com Meio
54. Ambiente, com o estado de alguma forma. Diz que estará sempre à disposição dos
55. Conselheiros na Secretaria. De antemão agradece o apoio que todos os componentes e todos os
56. Conselhos têm dado ao estado. Diz que pediu à Dra. Laís que montasse uma pauta bem pesada,
57. mas me parece que ela montou uma pauta bem tranqüila para que se fique aproximadamente 1
58. hora e pouco. Diz que, na última, não deu tempo nem dos Conselheiros esquentarem a cadeira.
59. A pauta estava tão leve que não deu tempo nem de se conhecerem os Conselheiros, nem para
60. ter discussões calorosas de nenhum item. Passa ao ponto seguinte da pauta

61. **3. Comunicado dos Conselheiros.**

62. **O Conselheiro José Ponciano Neto**, representante da ABES, comunica que, em Recife, nos
63. dias 13, 14 e 15, haverá uma reunião através do Ministério do Desenvolvimento Social e
64. Ministério do Meio Ambiente. Na pauta está a implementação do programa Água Doce, do
65. Plano Estadual de Água Doce. A coordenação está com o IGAM. Como parceiros estão o
66. DNOCS, tanto o de Montes Claros, e o DNOCS de todos os estados do semi-árido brasileiro.
67. Está previsto, nessa reunião, além de discutir implementação do Plano Estadual de Água Doce,
68. também os recursos que virão para recuperação de 1.200 dessalinizadores no semi-árido
69. brasileiro. **O Conselheiro Bernardo de Pimenta Pinheiro**, representante da FAEMG, diz que
70. quer fazer um comunicado em nome do Sindicato Rural de Montes Claros, entidade que aqui
71. representa, que tem como seu presidente Dr. Ricardo Laughton. Informa que, no dia 5 de abril
72. de 2011, os sindicatos rurais do Brasil, através dos seus representantes, associados,
73. Confederação Nacional da Agricultura, deputados federais e estaduais de todo o país, prefeitos
74. de inúmeros municípios brasileiros, concentraram em Brasília em torno de 30 mil pessoas para
75. reivindicar a votação já, na Câmara dos Deputados do novo Código Florestal Brasileiro.
76. Informa que quase todos os estados brasileiros estavam ali presentes, com maiores
77. representatividades para os estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Sul.
78. Destaca que é preciso a votação já, urgente do novo Código Florestal Brasileiro, para não parar
79. o agronegócio brasileiro. Ressalta que aqueles que não defendem a votação já são maus
80. brasileiros, sem espírito de nacionalidade, que defendem interesse de nações estrangeiras
81. dentro do nosso próprio país, impedindo de trabalhar o agricultor brasileiro, que deixa de
82. produzir riquezas e, com isso, deixa de competir no mercado mundial. Diz que o Norte de
83. Minas tem 23% da área do estado, com 250 mil produtores rurais que sofrem restrições
84. ambientais de toda sorte, desde o ano de 2003 até hoje. Diz que aqui, em um passe macabro de
85. mágica, ou de heresia ecológica, transformaram o bioma caatinga em bioma mata atlântica.
86. Diz que se nega o direito do produtor rural Norte Mineiro de trabalhar, nega-se o direito
87. constitucional de propriedade privada. Destaca que se fizeram aqui portarias, deliberações
88. normativas, resoluções, pareceres, mapas, e-mails, tudo por encomenda e ao arrepio da lei. São
89. em torno de 16 mil os dispositivos chamados legais para impedir o produtor brasileiro de
90. trabalhar sua terra. No Norte de Minas milhares de produtores têm direitos prejudicados,
91. porque possuem 100, 90, 80, 70, 60, 50% de suas terras com cobertura vegetal nativa e sem
92. uso econômico. Sobre esses se pratica a injustiça de impedir de trabalhar, impedir de gerar
93. riquezas, impedir de competir e se nega o direito de propriedade privada. **O Conselheiro José**
94. **Ponciano Neto** diz que, no nosso semi-árido, a maioria das comunidades rurais, quilombolas,
95. indígenas, a água é muito salobra, com alta concentração de cloreto, magnésio, sódio, e a



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

96. maioria dos dessalinizadores está já em desuso. Informa que o programa contempla isso. Vão
97. ser todos consertados, vai-se dar manutenção em todos os dessalinizadores e vai-se montar
98. uma unidade demonstrativa em Porteirinha cujo terreno já está em negociação. Diz que a
99. intenção é construir uma unidade demonstrativa no Norte de Minas para que o estado a tenha
100. como uma unidade demonstrativa para transformar em política pública. **O Conselheiro**
101. **Roberto Mauro Amaral**, representante da AGRO/NM, diz que gostaria de adicionar ao que o
102. representante do sindicato e da FAEMG apresentou sobre o novo Código Florestal Brasileiro,
103. informando que, na manhã seguinte, haverá, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, uma
104. reunião para tratar desse assunto. Diz que estará lá e convoco também as pessoas que assim os
105. desejarem, para estarem presentes. **A Conselheira Valquíria Dias Moreira**, representante do
106. CODEMA de Montes Claros, diz que gostaria de aproveitar a presença do Secretário para uma
107. sugestão e talvez “um pedido”, uma vez que vivemos no semi-árido e temos uma experiência
108. muito fantástica com captação de água de chuva, tendo sido executadas no Norte de Minas,
109. Vale do Jequitinhonha, cerca de 15mil cisternas de captação de água de chuva. Informa que, na
110. gestão passada, através do governo de Minas, se fez um convênio em que se conseguiu
111. construir cisternas de captação de água de chuva no Norte de Minas e no Vale do
112. Jequitinhonha. Diz que, como representação da ASA Minas Gerais, gostaria de apresentar
113. novos projetos ao estado e necessariamente à Secretaria de Meio Ambiente para que sejam
114. apreciados e levados em consideração, porque isso tem resolvido a vida dessas famílias no
115. Norte de Minas. Ressalta que é uma tecnologia barata que dá acesso e garantia de água para
116. beber e cozinhar para as famílias que estão nessas regiões mais sofridas. Diz que tem projetos
117. encaminhados e gostaria de contar com a Secretaria de Meio Ambiente para que eles sejam
118. avaliados e que se possa então celebrar algum convênio futuro. **O Conselheiro Rafael**
119. **Chaves, representante do IBAMA**, dá as boas vindas para o Secretário e coloca a
120. preocupação com relação ao trâmite dos processos de licenciamento, de anuência para
121. supressão de vegetação no Projeto Jaíba. Expressa a sua preocupação de que o Projeto Jaíba
122. tem recebido um tratamento individualizado nos processos de supressão de vegetação. Diz que
123. existe já um processo único contemplando as quatro etapas do Projeto Jaíba em trâmite.
124. Destaca que então é necessário que se tenha uma preocupação maior para se tentar resolver
125. isso de uma forma globalizada, única, e evitar a demora excessiva nas liberações, nas
126. anuências por parte do IBAMA, para supressão de vegetação no estágio médio/avançado. Diz
127. que gostaria que o Secretário olhasse isso com maior carinho para que as coisas andassem com
128. maior agilidade de uma maneira globalizada/única e não individualizada como está sendo
129. feito. **Dr. Adriano Magalhães Chaves, Presidente**, diz que vai comentar rapidamente sobre
130. algumas questões. Ao Conselheiro Bernardo observa que, antes da rapidez da votação do
131. Código Florestal, precisa-se avaliar alguns pontos que são críticos, como por exemplo a APP
132. de 1800 metros, APP de topo de morro. Diz que, quando se sobrevoa principalmente o leste
133. mineiro e se observa a bacia do Doce, o quão ela é degradada hoje, aí realmente preocupa a
134. questão das retiradas das APPs de topo de morro. A questão do uso consolidado também não
135. levar isso em consideração também seja uma insanidade, também é um ponto que tem que ser
136. cuidadosamente cuidado; a questão da moratória é outro ponto crítico também que está sendo
137. discutido. Diz que se teve pela manhã ainda uma interlocução com diversos deputados
138. trocando idéias, argumentando. Relata que houve uma reunião dos Secretários de Meio
139. Ambiente do Brasil, na última sexta-feira, e se deixou um documento com a Ministra para que
140. faça uma interlocução e ponderações em alguns pontos sobre o Código Florestal. Diz entende
141. que está no fórum correto, está no fórum democrático. Destaca que na hora em que a sociedade
142. entender que ele está maduro que há um consenso, pelo menos nas maiorias das questões, tem
143. certeza que o legislativo vai saber dar o devido encaminhamento a esse tema. Lembra que,
144. antes da rapidez, tem-se que se preocupar com alguns pontos, que a seu ver ele não pode ter
145. retrocesso. Se se está buscando o conceito de sustentabilidade, acredita que não seria um
146. retrocesso no Código Florestal que traria algum avanço. Com relação ao IGAM, diz que esse



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM
Secretaria Executiva

147. projeto já tem a coordenação do IGAM, mas vai conversar com a Dra Cleide, que é a Diretora
148. Geral do IGAM, para que a se priorizem ainda mais as ações com relação a esse programa.
149. Apresenta dois Sub-Secretários: Dr. Danilo Vieira, Sub-Secretário de Regularização
150. Ambiental; Dra Marília, Sub-Secretaria de Controle e Fiscalização. Informa que se está
151. trabalhando em alguns ajustes da Secretaria, com a criação da Sub-Secretaria Fiscalização, a
152. Sub-Secretaria de Regularização Ambiental. Informa que já se trouxe, através de lei delegada,
153. a fiscalização do IEF, FEAM e IGAM para essa Sub-Secretaria Fiscalização; trouxeram-se os
154. atos autorizativos, e se estão integrando as SUPRAMs na Sub-Secretaria Regularização
155. Ambiental. O próximo passo é a proposta de integração do IEF, FEAM e IGAM em um
156. instituto único. Diz que foi essa discussão que se estava tendo hoje de manhã com a equipe do
157. regional, pegando as contribuições. Informa que, nos próximos dias, deve-se estar levando o
158. projeto do novo instituto para discussão na Assembléia Legislativa. À Conselheira Valquíria,
159. com relação a proposta das cisternas, diz que também há um trabalho sendo feito com a
160. Ruralminas. Diz que pode adiantar que é um trabalho que está sendo priorizado. Há recursos
161. disponíveis para cisternas da ordem de R\$5 milhões, havendo então muito trabalho pela
162. frente. Com a Ruralminas há a previsão de investimento de mais R\$12 milhões. Vai-se
163. continuar forte esse trabalho, à disposição para receber os projetos e discutir isso o âmbito do
164. FHDRO. Com relação ao IBAMA, diz que se está fazendo uma discussão, e ontem esteve
165. com a Codevasf, principalmente com relação ao Jaíba 1 e 2, que se entende que tem um
166. abertura diferenciada pelo fato de ter licença ambiental. Diz que há uma prerrogativa na lei,
167. está-se conversando com o IBAMA, provavelmente deve-se encontrar uma saída nos próximos
168. dias. Com relação ao Jaíba 3 e 4, observa que é um pouco mais complexo, porque ele não tem
169. licença ambiental e se precisaria de alguma manifestação, de uma ação também por parte dos
170. órgãos federais. No dia 5 de maio estará em Brasília e depois conversando também com a
171. Ministra. Diz que se entende que para continuidade não só do Jaíba, mas alguns outros
172. projetos federais no próprio bioma da mata atlântica e outros estados, precisaria realmente de
173. uma ação do governo federal, visto que nós ficaríamos de mãos atadas.

174. **4. Exame da Ata da 69ª RO do dia 17/03/2011.**

175. O **Presidente** coloca em discussão a Ata da 69ª RO do dia 17/03/2011. Coloca em votação. A
176. ata é **aprovada**. O **Presidente** observa que tem que fazer uma revisão na DN30, mas já tem
177. tentado exercitar isso de alguma forma. Diz que, se por ventura houver algum Conselheiro que
178. tenha algum conflito de interesse com algum projeto, gostaria que se manifestasse, ou alguma
179. consultoria. Diz que gostaria de saber também se por ventura há algum Conselheiro que
180. gostaria de pedir vista em algum projeto, para que não segurasse o empreendedor até o final da
181. reunião. A **Conselheira Ana Eloíza Marcondes de Silveira**, representante da Procuradoria
182. Geral de Justiça, pede vistas do processo da GERDAU 12.1 e da LIASA 10.3. **Dra. Laís**
183. **Fonseca dos Santos** lê os itens para os quais houve solicitação de vistas: 10.3 Ligas de
184. Alumínio S/A-Liasa/Fazenda São Joaquim - desdobramento de madeira, silvicultura, produção
185. de carvão vegetal oriunda de floresta plantada e bovinocultura de corte (extensivo) -
186. Buritizeiro/MG - PA nº. 06846/2005/002/2010 - Classe 4 - Apresentação: SUPRAM NM.
187. 12.1 Gerdau Aços Longos S/A/Fazenda Embaúba Sul - silvicultura e produção de carvão
188. vegetal oriunda de floresta plantada - Rio Pardo de Minas/MG - PA nº. 12001/2009/001/2009
189. - Classe 3 - Condicionante nº. 15 - Apresentação: SUPRAM NM.

190. Os **Conselheiros Ézio Darioli**, representante da FIEMG, e **Rafael Chaves**, representante do
191. IBAMA, também participam das vistas.

192. **5. Processo Administrativo para exame de Alteração de condicionante da Licença Prévia**
193. **concomitante com a Licença de Instalação - “Ampliação”:**

194. **5.1 Cia de Fiação e Tecidos Cedronorte** - ampliação da atividade de fiação de algodão e
195. fibras sintéticas vegetais sem acabamento - Pirapora/MG - PA nº. 00052/1982/008/2010 -
196. Classe 5 - Condicionante nº 03 - Apresentação: SUPRAM NM. - RETORNO DE VISTA pela
197. Conselheira Ana Eloísa Marcondes da Silveira, representante da PGJ.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

198 A **Conselheira Ana Eloíza Marcondes de Silveira** diz que se manifesta pela concordância,
199 com a exclusão da condicionante. **O Presidente** coloca em votação a exclusão da
200 condicionante numero 3. É **aprovado**. **O Conselheiro Major Nivaldo Ferreira Neto**,
201 representante da Polícia Militar, se abstém da votação considerando que envolve outra região
202 da Polícia Militar.

203 **6. Processo Administrativo para exame de Licença de Operação Corretiva:**

204 6.1 J. Avelino Indústria e Comércio Ltda. - abate de animais de médio e grande porte -
205 Montes Claros/MG - PA nº. 00045/1982/003/2007 - Classe 5 - Apresentação: SUPRAM NM. -
206 RETORNO DE BAIXA EM DILIGÊNCIA EM 17/03/2011.

207 **O Conselheiro Ézio Darioli** apresenta o parecer sobre o processo baixado em diligência.
208 Conclui dizendo que se está pedindo que seja concedido ao empreendedor um prazo (explica
209 que no documento consta o prazo de 06 meses, entretanto houve um novo acordo) para que
210 seja efetuada a avaliação dos processos (eficiência de funcionamento da ETE, medição de
211 controles ambientais como monitoramento de ruídos, particulados, efluentes industriais, etc.),
212 para que se possa a partir daí deliberar sobre este processo de licenciamento ambiental e/ou sua
213 relocação, podendo esses procedimentos ser acompanhados pelos técnicos da SUPRAM e os
214 dados fornecidos segundo os prazos e condições estipulados. Diz que, em decorrência de ter
215 sido firmado com o Ministério Público um TAC pela empresa para permanência no local por
216 mais 30 meses, o que o empreendedor está pedindo agora é que seja concedido a ele esse prazo
217 de 30 meses para que possa fazer a relocação. Compromete-se a atender a todas as exigências
218 da legislação ambiental, como monitoramentos necessários. **O Presidente** informa que se têm
219 duas propostas: uma, da SUPRAM, pelo indeferimento com a paralisação em 6 meses, e a
220 outra proposta colocada pela FIEMG, também pelo indeferimento, com a paralisação em 3
221 anos, a partir de janeiro. Lembra que, se for a segunda alternativa, sua sugestão é que esse
222 processo retorne na próxima reunião com propostas de condicionantes, para se votarem as
223 condicionantes e se discutir isso com calma. Coloca em votação a proposta nº1 da SUPRAM
224 pelo indeferimento com a paralisação em 6 meses. **O Conselheiro Major Nivaldo** se abstém
225 de votar as duas propostas. Diz que não há a mínima possibilidade de se legitimar aquilo que
226 vem de algum tempo já errado. **O Presidente**, lembrando o parecer da AGE, diz que aqueles
227 que votaram contra o parecer da SUPRAM devem manifestar-se. **O Conselheiro Edilson**
228 **Torquato** diz que votou contra porque, de acordo com os argumentos apresentados e pela
229 verificação *in loco* das condições de hoje, acha que pode ser dado mais um prazo, até o de 30
230 meses, para o empreendimento mudar. **A Conselheira Valquíria Dias Moreira**, diz que
231 concorda com o Conselheiro Edilson. Ressalta também que, visitando o empreendimento, viu
232 que é perfeitamente possível a permanência por mais 30 meses, uma vez que o empreendedor
233 já está caminhando para mudar de local e está seguindo as normas que estão sendo exigidas. **O**
234 **Conselheiro Ézio Darioli** diz que votou contra o parecer da SUPRAM em decorrência de ter
235 acompanhado todo esse processo. Com os investimentos que o empreendedor fez e com a nova
236 gestão ambiental do empreendimento, acha que ele tem condição de, por esse período, atender
237 a legislação. **O Conselheiro Wagner Brant** diz que é favorável à proposta da FIEMG de dar o
238 prazo de 30 meses em virtude das ações mitigatórias implantadas. **O Conselheiro Edson**
239 **Ferreira do Couto** diz votou contra o parecer da SUPRAM, porque, em visita ao
240 empreendimento, verificou que aquele empreendimento atualmente, a não ser pelo problema
241 locacional, não causa nenhum transtorno à população, ao povo que vive ali. **O Conselheiro**
242 **Aramis Mameluque Mota**, Secretário de Meio Ambiente de Montes Claros, diz votou
243 favorável ao parecer de extensão para os 30 meses. Destaca que teve a oportunidade de
244 fiscalizar o empreendimento pela Secretaria de Meio Ambiente e tudo que foi dito aqui foi
245 constatado lá. **O Conselheiro Roberto Amaral** diz que, por uma questão de coerência,
246 acompanha todo o parecer que foi dado favorável pelo SIM - Serviço de Inspeção Municipal.
247 Informa que a Secretaria já se manifestou com referência a esse assunto. Conclui dizendo que
248 este é o bom senso. **O Conselheiro Bernardo Pinheiro** diz que segue o parecer da FIEMG em



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

429 virtude do tempo realmente necessário para se transferir esse empreendimento e por ele ter
250 atendido as normas mitigadoras de impacto ambiental. **O Conselheiro José Ponciano** diz que
251 é favorável ao parecer da FIEMG porque já se passaram 4 meses, faltando então 24 meses, 2
252 anos. Sugere que se coloquem em votação as duas condicionantes propostas pela ABES e pela
253 SEDRU. **A Conselheira Mônica Ladeia** diz votou contra porque achou 6 meses um prazo
254 pequeno, levando em consideração que o empreendedor está disposto a mudar a realidade.

255 **A Conselheira Ana Eloíza** diz que votou contra, embora eu pudesse votar a favor,
256 contrariamente ao que foi colocado pelo seu colega na ação, se entendesse possível em razão
257 de independência funcional. Entretanto acompanha porque, em conversa com Dr. José
258 Aparecido, que foi quem fez esse acordo dentro desse processo, ele informou inclusive que
259 esse acordo foi celebrado após uma conversa, talvez até uma orientação da própria SUPRAM
260 diz que acha que até os técnicos da SUPRAM estiveram lá. Diz que lhe causou até um pouco
261 de estranheza ter sido mantido esse parecer da SUPRAM de 6 meses, e depois de eles terem
262 visitado e verificado essa ETE, terem continuado com esse prazo, quando houve essa conversa
263 ainda que informal com o Ministério Público dizendo que era possível um prazo maior. Diz
264 que só em razão disso que vota contra e, conseqüentemente, pela concessão desse prazo maior
265 de 30 meses. **O Presidente** coloca em votação a segunda proposta, para se registrar,
266 considerando que é também pelo indeferimento, com a paralisação das atividades em 30 meses
267 e com a proposta de retorno do projeto na próxima reunião com as condicionantes. **É**
268 **aprovada.**

269 **7. Processo Administrativo para exame de Licença Prévia**

270 7.1 Prefeitura Municipal de Bocaiúva/Aterro Sanitário Municipal - tratamento e disposição
271 final de resíduos sólidos urbanos - Bocaiúva/MG - PA nº. 14696/2006/001/2010 - Classe 3 -
272 Apresentação: SUPRAM NM.

273 **O Presidente** informa que esse processo foi assinado *ad referendum* pelo Dr. Augusto. Está-se
274 colocando em votação a validação do *ad referendum*. Faz-se a discussão. **O Presidente**
275 pondera que, como se está votando a LP, tratando-se da viabilidade, e esse item ele não
276 inviabiliza o empreendimento, isso poderia ser tratando na fase de LI. Propõe separar esse
277 processo. Como está dando dúvida, e outro Conselheiro quer ser manifestar, propõe colocar em
278 votação o parecer e a validação do *ad referendum*, depois se votam as condicionantes. Coloca
279 em votação. **É aprovado.** Passa às condicionantes. **O Presidente** diz que sua proposta é que se
280 coloque uma condicionante para avaliar a possibilidade de aproveitamento desta usina. Ele
281 simplesmente avalia e apresenta na fase de LI. Coloca em votação, com essa modificação da
282 condicionante, inclusão da condicionante para reavaliar a possibilidade de aproveitamento da
283 usina de triagem e compostagem de resíduos já instalada na mesma área. E o prazo seria na LI,
284 na formalização da LI. Solicita que **o Conselheiro Major Nivaldo** faça a apresentação de sua
285 condicionante. **O Conselheiro Major Nivaldo** diz que, na verdade, não é uma condicionante,
286 é uma sugestão de modificação do texto na condicionante nº11 para: um plano de segurança do
287 aterro contemplando ações preventivas de reversão em caso de fogo, explosão ou
288 derramamento de resíduos, acessibilidade de pessoas e animais que possam causar ameaça à
289 saúde humana ou ao meio ambiente. Destaca que é o aspecto da prevenção e a questão de
290 acessibilidade de pessoas e animais ao local. **O Presidente** coloca em votação as
291 condicionantes. São **aprovadas.**

292 **8. Processo Administrativo para exame de Licença Prévia concomitante com a Licença** 293 **de Instalação:**

294 8.1 Evoluir Agronegócios Ltda./Fazenda Balsamo - silvicultura e produção de carvão vegetal
295 de origem nativa/aproveitamento do rendimento lenhoso - Bonito de Minas/MG - PA nº.
296 06579/2009/001/2009 - Classe 3 - Apresentação: SUPRAM NM.

297 **O Presidente** informa que o parecer único é pelo indeferimento considerando a falta de
298 anuência por parte das unidades de conservação das APAs Cochá/Gibão e do rio Pandeiros.
299 Após a discussão e a participação do empreendedor, **o Presidente** diz que entende a situação,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

300 mas realmente, enquanto não se tiver o zoneamento da APA com plano de manejo e se tiver
301 definido o que pode, o que não pode e onde pode, e ainda a anuência do órgão competente, a
302 SUPRAM fica inviabilizada de um parecer positivo. Em função disso coloca em votação o
303 parecer pelo indeferimento. É **aprovado**.

304 **9. Processo Administrativo para exame de Licença de Instalação Corretiva -** 305 **“Ampliação”:**

306 **9.1 Sada Bio-Energia e Agricultura Ltda.** - produção de óleo vegetal - Jaíba/MG - PA nº
307 10397/2006/008/2011 - Classe 5 - Apresentação: SUPRAM NM.

308 O **Presidente** informa que o parecer único sobre a Usina São Judas Tadeu é pelo deferimento.
309 Abre-se a discussão. O **Presidente**, aproveitando o esclarecimento técnico, sugere que se
310 coloque em votação também o item 11 - Processo Administrativo para exame de Licença de
311 Operação Corretiva - “Ampliação”:

312 11.1 Sada Bio-Energia e Agricultura Ltda. - base de armazenamento e distribuição de
313 combustíveis - Jaíba/MG - PA nº. 10397/2006/006/2011 - Classe 5 - Apresentação: SUPRAM
314 NM.

315 Alerta que o primeiro projeto é para 04 anos e o segundo é para 06 anos. **Reinaldo** informa
316 que, por ser classe 5, houve um equívoco em relação à licença, são 04 anos também, não 06.
317 Pede que se faça correção. A **Conselheira Ana Eloíza**, diz que, já que foi colocado o segundo
318 processo, tinha algumas considerações quanto a ele. O **Presidente** propõe que se vote o
319 primeiro item: **9.1 Sada Bio-Energia e Agricultura Ltda.** - produção de óleo vegetal -
320 Jaíba/MG - PA nº 10397/2006/008/2011 - Classe 5 - Apresentação: SUPRAM NM. É
321 **aprovado**. Passa-se à discussão do item 11.1.

322 A **Conselheira Ana Eloíza** questiona sobre a condicionante nº7: “Apresentar o atestado do
323 Corpo de Bombeiros definitivo referente à instalação do restante dos equipamentos de
324 segurança. Prazo de 01 ano.” **Reinaldo** diz que se referiu a isso anteriormente. É a questão da
325 espuma, que é um sistema de segurança. Além do que se tem hoje, é necessário que se
326 implante esse sistema de espuma. Informa que o Corpo de Bombeiros de Jaíba fez um acordo
327 com a empresa para que se instalem esses equipamentos no prazo de 01 ano. Por isso se
328 manteve esse prazo. O **Presidente** coloca em votação. A **Conselheira Ana Eloíza** diz que vota
329 contra o parecer da SUPRAM. A **Conselheira Mônica Ladeia**, quanto à água subterrânea,
330 item 4, diz que gostaria de mudar os parâmetros e a frequência. Diz que se fala “anual, estação
331 seca e chuvosa”. Na realidade é semestral. Sugere mudar a frequência para semestral,
332 mantendo a estação seca e chuvosa; retirar os parâmetros dureza, sulfato, manganês, alumínio,
333 ferro, nitrato, cálcio e acrescentando os compostos orgânicos voláteis. **Reinaldo** diz que acha
334 procedente. O **Presidente** coloca em votação. É **aprovado**.

335 **10. Processos Administrativos para exame de Licença de Operação Corretiva:**

336 **10.1 Posto Faisão II Serviços Ltda.** - posto revendedor de combustíveis - Águas Vermelhas e
337 Pedra Azul/MG - PA nº 19564/2007/001/2008 - Classe 5 - Apresentação: SUPRAM NM.

338 A **Conselheira Ana Eloíza** relata que foi celebrado por Dr. Mauro, um dos Coordenadores das
339 Regionais de Meio Ambiente, Promotor de Justiça, um Termo de Ajustamento de Conduta
340 com alguns postos de gasolina da região dele. Fez constar desse TAC várias cláusulas que
341 praticamente englobam tudo que é necessário nesse tipo de empreendimento. Informa que
342 enviará à SUPRAM um ofício com essas cláusulas do TAC para que se avalie a pertinência de
343 talvez acrescentar alguma coisa nas condicionantes que são sugeridas nos pareceres da
344 SUPRAM. O **Presidente** coloca em votação. É **aprovado**. O **Sr. Gilberto Araújo**, Consultor
345 Técnico das empresas Faisão, diz que gostaria de fazer um destaque quanto aos prazos
346 determinados para o cumprimento de condicionantes. Destaca as condicionantes nº 3, 5 e 6,
347 podendo estender-se às demais. O **Sr. Nilson**, representante do Posto Faisão II Serviços Ltda.
348 solicita que se dilate o prazo para em torno de 01 ano. O **Presidente** diz que gostaria de ouvir o
349 técnico responsável. **Fabiano**, Analista Ambiental da SUPRAM NM, diz que não vê problema
350 na dilatação do prazo para 180 dias. **Fabiano** diz que no item 2 do automonitoramento se



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

351 prevê que o primeiro relatório deverá ser enviado 90 dias após a implantação dos novos
352 sistemas de tratamento. As que estão implantadas ficam bimestrais. As que vão ser
353 implantadas, devem ter o relatório 90 dias após a implantação. O **Presidente** coloca em
354 votação com a alteração das condicionantes nº 3, 5 e 6 de 90 dias para 180 dias. É **aprovado**.

355 **10.2 Cros Construtora Rocha Sousa Ltda.** - usina de produção de concreto asfáltico -
356 Montes Claros/MG - PA nº. 01522/2010/002/2010 - Classe 3 - Apresentação: SUPRAM NM.
357 O **Presidente** coloca o processo em discussão. Coloca em votação. É **aprovado**

358 **13. Assuntos gerais.**

359 A **Conselheira Ana Eloíza** convida os Conselheiros para participarem do Grupo de Trabalho
360 que foi feito para analisar o Acordo Setorial das indústrias Ferroligas. Informa que foi feita
361 uma reunião. A segunda está marcada para o dia 15, às 14h, na sede da Promotoria de Justiça
362 da Bacia do São Francisco. **Dr. Luiz Tadeu Leite**, Prefeito de Montes Claros, cumprimenta o
363 Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente do
364 COPAM, Dr. Adriano Magalhães Chaves, e o demais membros do COPAM e demais
365 presentes. Ressalta que conhece o comprometimento do Sr. Secretário com a causa do meio
366 ambiente e a continuidade do trabalho que vinha sendo realizado, um trabalho de
367 fortalecimento da causa ambiental em Minas Gerais por alguém vocacionado para defesa dos
368 interesses do meio ambiente na pessoa do Secretário e Presidente do Conselho. Diz que
369 Montes Claros, a Prefeitura tem os pleitos e sempre tem tido boa acolhida neste Conselho. Diz
370 que tem assento no Conselho na pessoa de dois secretários municipais. Diz que está agora com
371 o projeto de demarcação da Serra do Mel, como é o nome correto da Serra da Sapucaia. É uma
372 região ambiental muito cara para a cidade que começa a receber sinais e marcas de devastação.
373 Diz que decidiu decretar imune de qualquer prejudicialidade, de qualquer agressão ao meio
374 ambiente. Diz que o CODEMA está junto com a Administração nesse projeto. Tem alguns
375 parques para aprovar, como o parque das Mangueiras, o parque dos Canelas e o Parque Norte
376 que se irá implantar neste ou no próximo ano. Diz que precisará do apoio dos órgãos
377 ambientais. Sabe que há assuntos pendentes, interfaces a serem afinadas entre os órgãos
378 ambientais e a Prefeitura referentemente aos imóveis da região do Meio Ambiente. Está pronto
379 a dar continuidade, a acertar esses detalhes e melhorar cada vez mais o bom entrosamento que
380 se teve e se tem tido entre Prefeitura, COPAM e CODEMA. Agradece a vinda do Sr.
381 Secretário, colocando o município à disposição. Diz que espera continuar tendo o mesmo
382 prestígio de recebê-lo tantas mais vezes quanto possível for. O **Presidente** agradece as
383 palavras de boas-vindas e diz que já se sente em casa graças à calorosa receptividade que teve
384 na parte da manhã pela equipe do Meio Ambiente e agora pelo Conselho. Diz que tem agora
385 um grupo de trabalho começando o Governo em Rede, que é o governo voltado para cidadania.
386 E não poderia haver iniciativa melhor na gestão anterior do Dr. Aécio e continuada pelo Dr.
387 Anastásia, que é a da regionalização, a criação das URCs regionais. Parabeniza o Conselho e
388 vê aqui, na primeira reunião, o valor deste Conselho. Diz que participou de outras reuniões em
389 anos anteriores e vê o excelente nível dos Conselhos, das discussões técnicas. Agradece à
390 equipe da SUPRAM pelo esclarecimento e pela participação. Agradece a parabeniza a todos.

391 **14. Encerramento.**

392 Não havendo outros assuntos a serem tratados, declarou-se encerrada a sessão, da qual foi
393 lavrada a presente ata.

394

395 Esta é a síntese da reunião do dia 12 de abril de 2011.

396

397

399